



Pela derruba de decreto, índios resistem há 5 meses

Em luta para derrubar o decreto 7.056/09 que mexe na estrutura da Funai (Fundação Nacional do Índio), índios de 20 diferentes etnias permanecem, desde janeiro deste ano, acampados em frente ao Ministério da Justiça em busca de audiência com o ministro Luiz Paulo Barreto. Nesta terça-feira, 1, agentes federais tentaram retirar o grupo, mas os índios conseguiram garantir na Justiça a manutenção do acampamento. Deixados sem assistência – a Funai, que tem esta prerrogativa, cortou provimento de alimento e assistência a saúde dos acampados – os índios estão firmes há 5 meses aguardando serem ouvidos. Desde o primeiro momento, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e suas entidades filiadas acompanham e apóiam esta luta contra o desmonte da Funai. Muitos servidores do órgão também se mostram contrários ao decreto que extingue 40 administrações regionais e 337 postos indígenas pelo Brasil.

O decreto foi publicado sem que houvesse qualquer diálogo com trabalhadores e com comunidades indígenas assistidas pela Funai. Mesmo com a forte resistência desses grupos, estranhamente, órgãos governamentais permanecem em silêncio. Para a Condsef esta é uma clara tentativa do governo de abafar a situação de conflito instalada. Várias tentativas já foram feitas para buscar entendimento com o governo. A Condsef já encaminhou ofícios ao Ministério da Justiça, Funai, Casa Civil,

buscou apoio de parlamentares, audiências públicas já foram realizadas, mas até o momento nenhuma providência concreta foi tomada na tentativa de solucionar o problema.

Ao contrário, para tentar cooptar os índios rebeldes contra o decreto, a Funai vem oferecendo apoio, como hospedagem, alimentação e transporte, em troca do fim do acampamento e desistência do pleito indígena. A oferta, claro, foi negada pelos índios que seguem lutando pela derrubada do decreto 7.056/09 e exoneração do presidente da Funai, Márcio Meira.

Pela reestruturação de fato – A Condsef vai continuar pressionando, juntamente com os índios, até que seja instalado um processo de negociação para discutir a revogação do decreto e uma proposta que reestruture de fato a Funai. Para a Condsef, o decreto 7.056/09 vai na contramão da reestruturação discutida com a categoria. A entidade segue defendendo a criação de uma carreira indigenista que atenda as demandas e necessidades dos servidores e também das comunidades indígenas.

Se a situação provocada pela publicação do decreto não for revertida o confronto seguirá inevitável. Os trabalhadores exigem a abertura de um processo de negociação que envolva tanto as comunidades indígenas quanto os representantes dos servidores lotados na Funai. Os representantes das diversas etnias acampados em frente ao MJ seguem buscando serem recebidos em audiência pelo ministro Barreto ou pelo próprio presidente Lula. Fonte: CONDSEF

Instalação de GT Fazendário está agendada para 21/06

Foi agendada para o dia 21 deste mês a instalação de grupo de trabalho (GT) que será composto por representantes da SPOA, Receita do Brasil, Procuradoria e Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). A informação foi dada em reunião que a Condsef teve nesta segunda-feira, 31 de maio, com representantes do Ministério da Fazenda. O GT terá como primeiro ponto de discussão critérios de avaliação de desempenho dos servidores. Na Portaria que deve ser publicada pela SPOA devem constar todos os objetivos do GT. Entre os assuntos previstos para discussão vão estar também plano de capacitação e qualificação, definição das atribuições do PECFAZ, equivalência salarial, GT/Procuradoria e plano de saúde. Fonte: CONDSEF

Senado aprova MP que reestrutura carreiras do serviço público federal

Nesta terça-feira (1º) o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/10, oriundo da MP 479/09, que reestrutura as carreiras do serviço público federal. O PLV segue para a sanção, de acordo com o presidente do Senado, José Sarney. Se não tivesse sido votada nesta terça, a MP perderia a validade.

Com parecer favorável do relator no Senado, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), o texto inclui medidas como remoção de policiais rodoviários e pagamento de auxílio a quem participar de processos de avaliação educacional. Uma das mudanças feitas na Câmara, a pedido do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, permite a remoção de servidores recém-ingressados no órgão antes de cumprido o período de três anos de estágio probatório.

Agência Senado

ORÁCULOS DA VERDADE

Frei Betto

O filósofo alemão Emmanuel Kant não anda muito em moda. Sobretudo por ter adotado em suas obras uma linguagem hermética. Porém, num de seus brilhantes textos – “O que é o Iluminismo?” – sublinha um fenômeno que, na cultura televisual que hoje impera, se torna cada vez mais generalizado: as pessoas renunciam a pensar por si mesmas. Preferem se colocar sob proteção dos “oráculos da verdade”: a revista semanal, o telejornal, o patrão, o chefe, o pároco ou o pastor.

Esses os guardiões da verdade que, bondosamente, velam para não nos permitir incorrer em equívocos. Graças a seus alertas sabemos que as mortes de terroristas nas prisões made in USA de Bagdá e Guantánamo são apenas acidentes de percurso comparadas à morte de um preso comum, disfarçado de político, num hospital de Cuba, em decorrência de prolongada greve de fome.

São eles que nos tornam palatáveis os bombardeios dos EUA no Iraque e no Afeganistão, dizimando aldeias com crianças e mulheres, e nos fazem encarar com horror a pretensão de o Irã fazer uso pacífico da energia nuclear, enquanto seu vizinho, Israel, ostenta a bomba atômica.

São eles que nos induzem a repudiar o MST em sua luta por reforma agrária, enquanto o latifúndio, em nome do agronegócio, invade a Amazônia, desmata a floresta e utiliza mão de obra escrava.

É isso que, na opinião de Kant, faz do público Hausvieh, “gado doméstico”, arrebanhamento, de modo que todos aceitem, resignadamente, permanecer confinados no curral, cientes do risco de caminhar sozinho.

Kant aponta uma lista de oráculos da verdade: o mau governante, o militar, o professor, o sacerdote etc. Todos clamam “Não pensem!”

“Obedeçam!” “Paguem!” “Creiam!” O filósofo francês Dany-Robert Dufour sugere incluir o publicitário que, hoje, ordena ao rebanho de consumidores: “Não pensem! Gastem!”

Tocqueville, autor de *Da democracia na América* (1840), opina em seu famoso livro que o tipo de despotismo que as nações democráticas deveriam temer é exatamente sua redução a “um rebanho de animais tímidos e industriais”, livres da “preocupação de pensar”.

O velho Marx, que anda em moda por ter previsto as crises cíclicas do capitalismo, assinalou que elas decorreriam da superprodução, o que de fato ocorreu em 1929. Mas não foi o que vimos em 2008, cujos reflexos perduram. A crise atual não derivou da maximização da exploração do trabalhador, e sim da maximização da exploração dos consumidores. “Consumo, logo existo”, eis o princípio da lógica pós-moderna.

Para transformar o mundo num grande mercado, as técnicas do marketing contaram com a valiosa contribuição de Edward Bernays, duplo sobrinho estadunidense de Freud. Anna, irmã do criador da psicanálise e mãe de Bernays, era casada com o irmão de Martha, mulher de Freud. Os livros deste foram publicados pelo sobrinho nos EUA. Já em 1923, em *Crystallizing Public Opinion*, Bernays argumenta que governos e anunciantes são capazes de “arregimentar a mente (do público) como os militares o fazem com o corpo”.

Como gado, o consumidor busca sua segurança na identificação com o rebanho, capaz de homogeneizar seu comportamento, criando padrões universais de hábitos de consumo através de uma propaganda libidinal que nele imprime a sensação de ter o desejo correspondido pela mercadoria adquirida. E quanto mais cedo se inicia

esse adestramento ao consumismo, tanto maior a maximização do lucro. O ideal é cada criança com um televisor no próprio quarto.

Para se atingir esse objetivo é preciso incrementar uma cultura do egoísmo como regra de vida. Não é por acaso que quase todas as peças publicitárias se baseiam na exacerbação de um dos sete pecados capitais. Todos eles, sem exceção, são tidos como virtudes nessa sociedade neoliberal corroída pelo afã consumista.

A inveja é estimulada no anúncio da família que possui um carro melhor que o de seu vizinho. A avareza é o mote das cadernetas de poupança. A cobiça inspira as peças publicitárias, do último modelo de telefone celular ao tênis de grife. O orgulho é sinal de sucesso dos executivos assegurados por planos de saúde eterna. A preguiça fica por conta das confortáveis sandálias que nos fazem relaxar ao sol.

A luxúria é marca registrada dos jovens esbeltos e das garotas esculturais que desfrutam vida saudável e feliz ao consumirem bebidas, cigarros, roupas e cosméticos. Enfim, a gula envenena a alimentação infantil na forma de chocolates, refrigerantes e biscoitos, induzindo a crer que sabores são prenúncios de amores.

Na sociedade neoliberal, a liberdade se restringe à variedade de escolhas consumistas; a democracia, em votar nos que dispõem de recursos milionários para bancar a campanha eleitoral; a virtude, em pensar primeiro em si mesmo e encarar o semelhante como concorrente. Esta a verdade proclamada pelos oráculos do sistema.

Frei Betto é escritor, autor de “Um homem chamado Jesus” (Rocco), entre outros livros.